

DEBATE COM FERNANDO SERRASQUEIRO (PS) E CARLOS SÃO MARTINHO (PSD)

Deputados defendem Polis económico para o Interior

Os deputados eleitos pelo círculo de Castelo Branco deixaram ideias preciosas, mas que precisam de “coragem política” para germinar

Luís Fonseca

A criação de um programa Polis para as economias regionais e de uma remuneração pelos recursos naturais disponibilizados ao país foram duas ideias defendidas por deputados do Interior em prol da coesão territorial. Carlos São Martinho (PSD) e Fernando Serrasqueiro (PS), eleitos para a Assembleia da República pelo círculo de Castelo Branco, falavam na conferência “Portugal: a soma das Partes - As economias regionais como fator de desenvolvimento”, que decorreu na cidade, na segunda-feira.

A iniciativa foi organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em parceria com a TSF e o Diário de Notícias, e tem decorrido em vários pontos do país. O socialista e ex-secretário de Estado do Comércio defendeu a criação de um “Polis económico”, semelhante ao



Fernando Serrasqueiro, Perez Metelo e Carlos São Martinho

Aposta nos setores florestal e agroalimentar

Ambos os deputados sublinharam as potencialidades do distrito de Castelo Branco nos setores florestal e agroalimentar, mas Fernando Serrasqueiro lamentou que não esteja feito um levantamento dos produtos agrícolas que Portugal ainda importa, mas pode passar a produzir.

Uma ideia reforçada pelo presidente da Câmara de Castelo Branco, Joaquim Morão, tendo em conta que “não se consegue criar uma indústria ou serviços em qualquer local: é preciso apostar no que é nosso, as terras e as gentes que lá estão, e é aí que temos que nos



organizar”.

O caso da cereja da Cova da Beira foi apresentado por Filipe Costa, coordenador técnico da Cerfundão, como uma das potencialidades a desenvolver na região. Aquele responsável destacou a necessidade de inovar na plantação de cerejais, para garantir uma maior produtividade de fruto por hectare.

programa de reabilitação de zonas urbanas que existiu há alguns anos, mas destinado a criar riqueza em zonas específicas.

Apontando como exemplo o seu próprio distrito, Fernando Serrasqueiro confessou não acreditar que seja possível “salvar todas as aldeias” da região, mas destacou a importância de criar “duas grandes manchas de desenvolvimento, em Castelo Branco e na Covilhã”.

Na prática, este “Polis económico”, estudado caso a caso, deveria incluir “apoios e incentivos à atividade económica, medidas de organização, formação, entre outras, com impacto para cativar iniciativas empresariais que dinamizem o território”.

E quem paga pelos recursos naturais?

Já antes, no debate entre ambos, Carlos São Martinho tinha defendido que o Interior “tem que ser remunerado pelos recursos naturais que cede ao resto do país, como a água ou a fixação de carbono”. O deputado acredita que é necessário compensar a região “por tudo aquilo em que não a deixam evoluir, para que a população massificada do litoral possa ter produtos de qualidade”, seja de origem agrícola ou dependentes de recursos hídricos ou naturais.

O social-democrata acredita

Haja “coragem política”



Na conferência, o presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Carlos Maia, defendeu que a qualificação e o Ensino Superior em particular será um fator crucial para tirar Portugal da crise. Aquele responsável defendeu a reorganização “caso a caso” da rede de ensino superior, tanto ao nível de cursos, como de instituições e pediu “coragem política” para que 90 por cento das vagas de acesso Ensino Superior deixem de estar no litoral.

que nos próximos anos a legislação europeia vai obrigar a discutir este tipo de remuneração entre territórios e que “só quando Portugal for pensado assim, no seu todo, poderá ir além das taxas de crescimento económico de um por cento ao ano”.

NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

Nem só de IMI podem viver os municípios

Os municípios precisam de uma nova Lei das Finanças Locais que “viabilize a sustentabilidade local, corrija as assimetrias regionais, ao mesmo tempo que reforça a coesão municipal e combate a desertificação”. As pistas foram deixadas por Francisco Alveirinho Correia, Técnico Oficial de Contas que se debruçou sobre o tema na iniciativa “A Soma das Partes”, na segunda-feira de manhã. Uma nova lei, cuja discussão estará para breve, fruto dos ajustamentos orçamentais impostos

pela ajuda externa, deve ainda “fomentar a competitividade territorial, premiar o investimento e o emprego e promover o empreendedorismo local”.

Nas contas de somar, a diversificação de receitas surge como “uma necessidade” face a um modelo em que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é atualmente responsável por dois terços das receitas, no caso do distrito de Castelo Branco. Os restantes impostos têm percentagens bem mais reduzidas.

LF

IMPOSTOS LOCAIS NO ANO DE 2009

MUNICÍPIO	IMI	IUC	IMT	DERRAMA	TOTAL
BELMONTE	397	77	115	-	589
CASTELO BRANCO	5.878	753	1.765	-	8.396
COVILHÃ	4.169	652	1.725	308	6.854
FUNDÃO	2.439	349	683	49	3.520
IDANHA-A-NOVA	432	85	200	-	717
OLEIROS	220	44	113	-	377
PENAMACOR	218	50	65	-	333
PROENÇA-A-NOVA	322	79	155	-	556
SERTÃ	631	175	291	97	1.194
VILA DE REI	140	30	94	-	264
VILA VELHA DE RÓDÃO	211	28	65	43	347
TOTAL	15.057	2.322	5.271	495	23.147

Fonte: Administração Tributária. Valores em milhares de euros